

AUDIÊNCIA DE
Conciliação
P/ O DIA
26/07/2019
às 11 h: 15 mim.

LOTE
86/2019

Página 1 de 1

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORQUILHA
VARA UNICA DA COMARCA DE FORQUILHA

Processo Nº
9597-84.2018.8.06.0077/0

Data - H 26/2/2018 Forquilha / Vara Única da Comarca de Forquilha



0009597-84.2018.8.06.0077

Número Único

Classe

Assuntos

Class

Autuação

Just. Gratuita

Competência

Valor da ação

Volume

Requerente

Advogado

Requerido

Distribuição

JUSTIÇA GRATUITA

: Procedimento Comum

: Citação

: Assistência Judiciária Gratuita

: Custas

: Honorários Advocatícios

: Seguro

: Cível Interior

: R\$ 13.500,00

: 1

: Gervázio Duarte dos Santos

: Ronaldo Farias Feijao (OAB: 24951/CE)

: Seguradora Lider dos Consórcios do

Seguro - Dpvat

: Encaminhamento - 26/02/2018 08:40:00

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Hierarquia: Voto

Requerente: GERVÁZIO DUARTE DOS SANTOS

Res. Judicial: 24951 - CE RONALDO FARIAS FEIJAO

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - DPVAT

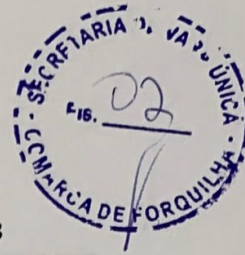
Va
Vara Única

PRELIMINARMENTE

DA GRATUITUDE RONALDO FEIJÃO ADVOCACIA

Rua São José, 240, centro, 62.297-000, Catunda, CE

Email: ronaldofejiao@hotmail.com Fone (0xx88) 3686.1370 / 9258.1233



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FORQUILHA - CE.

Requer, portanto, o benefício da GRATUITUDE, nos termos da art. 4º, caput, lei n.º 1.060/50, in verbis:



Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas dos honorários do advogado, sem prejuízo da cobrança do seguro obrigatório de DPVAT.

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORQUILHA
VARA ÚNICA
A data infra, às 10:30
recebi o presente documento.
Forquilha/CE, 09/02/18

DOS FATOS

No dia 04 de janeiro de 2015, por volta das 13h30min, o autor transitava no sentido Caiçara a Forquilha-CE, dirigindo uma motocicleta Honda CB 300 FAN BL, preta, 2013, placa GRU5242-CE de propriedade de Francisco Alacerto Martins da Silva, quando que no local do acidente o autor ao desviar de um animal canino, perdeu o controle da direção.

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

O requerente, em virtude das sequelas resultantes do acidente, postulou administrativamente o seu pedido de indenização de invalidez, cadastrado sob o sinistro de número 3170431619, entretanto até o dia 07 de fevereiro de 2018 a requerida não havia concluído o pedido de indenização.

No caso o autor teve um (TCE), trauma no abdômen e lesão renal de grau IV, o percentual de, até, 100% de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Portanto, o requerente faz a jus a indenização de acordo com o percentual a ser mensurado.

GERVÁZIO DUARTE DOS SANTOS, brasileiro, solteiro(a), agricultor(a), portador do RG 2006099133660 SSPDS-CE, CPF:057.693.773-80, residente e domiciliado na Caiçara, Zona Rural, 62115-000, Forquilha, CE, por intermédio do seu advogado devidamente constituído, instrumento procuratório anexo doc. 01, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento na Lei n.º 6194/74, e suas alterações, propor a presente ação contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos, para ao final requerer:

**PRELIMINARMENTE
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**



Preliminarmente salienta que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

Requer, portanto, o benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, nos termos do art. 4º, caput, lei n.º 1.060/50, *in verbis*:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

DOS FATOS

No dia 04 de janeiro de 2015, por volta de 15:30hs, o autor trafegava no sentido Caiçara a Forquilha-CE, dirigindo uma motocicleta Honda CG150 FAN ESI, preta, 2013, placa ORU5242-CE de propriedade de Francisco Alaercio Martins da Silva, sendo que no local do acidente o autor ao desviar de uma animal canino, perdeu o controle da direção, caiu ao solo com lesões, socorrido para Santa Casa de Sobral-CE. Nada mais houve.

O requerente, em virtude das seqüelas resultantes do acidente, postulou administrativamente o seu pedido de indenização de invalidez, cadastrado sob o sinistro de número 3170431619, entretanto até o dia 07 de fevereiro de 2018 a requerida não havia concluído o pedido de indenização.

No caso o autor teve um (TCE), trauma no abdômen e lesão renal de grau IV, o percentual de, até, 100% de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Portanto, o requerente faz a jus a indenização de acordo com o percentual a ser mensurado na perícia medica a ser designada por esse juízo.

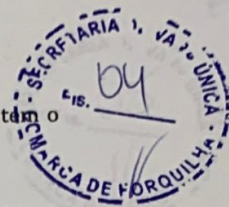
O DIREITO

DA PRESCRIÇÃO

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

O autor requereu administrativamente o pedido de indenização no dia 10 de agosto de 2017, o qual foi cadastrado sob o número 3170431619, entretanto até o dia 07 de fevereiro de 2018 a requerida não havia concluído o pedido de indenização.

MM. Juiz, uma vez protocolado o requerido na requerida, tal conduta tem o condão de suspender o prazo prescricional, vejamos:



ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. 1. **Existindo pedido administrativo, o início do prazo prescricional deve recair na data em que houve a negativa pela seguradora do pedido de pagamento e, não transcorrido o prazo prescricional trienal, não houve a prescrição.** 2. Julgada a lide exatamente nos termos em que foi proposta, não há que se falar em prolação de sentença extra petita. 3. Evidente o nexo causal entre a morte por afogamento da genitora dos autores e o acidente envolvendo veículo automotor, na medida em que o sinistro ocorreu por conta do transbordamento do Córrego da Servidão, na cidade de Rio Claro, sendo que a vítima não conseguiu sair do automóvel a tempo de se salvar. 4. O termo inicial para a atualização monetária deve ser a data do acidente conforme entendimento do STJ no julgamento do REsp. nº 1.246.432. 5. Os juros de mora na indenização do seguro obrigatório (DPVAT) incidem a partir da data da citação (STJ/Súmula 426). Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido. (TJSP; Apelação 4003400-25.2013.8.26.0510; Relator (a): Felipe Ferreira; Órgão Julgador: 37ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Foro de Rio Claro - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 01/02/2018; Data de Registro: 01/02/2018) (grifo meu)

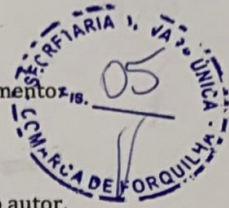
DA CIÊNCIA DAS LESÕES

Noutro giro, o demandante em decorrência do acidente sofreu Traumatismo Crânio Encefálico – TCE, trauma no abdômem, e lesão renal de grau IV conforme consta no prontuário médico anexo a inicial.

Os traumas causados pelo acidente não possibilitariam a alta do tratamento do autor no prazo inferior a 60 (sessenta) dias, fato esse que também afastaria a prescrição, uma vez que o prazo prescricional somente teria início a partir da data da ciência das lesões, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro obrigatório DPVAT. **O termo inicial do prazo prescricional é a data em que o segurado tem ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez (Súmula 573 do STJ).** Acidente que provocou para o autor incapacidade permanente notória, consistente em encurtamento de membro inferior e epilepsia, da qual ele teve ciência logo após a consolidação das lesões. Prescrição consumada. Recurso provido. (TJSP; Apelação 1016155-39.2014.8.26.0562; Relator (a): Milton Carvalho; Órgão

Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/02/2018; Data de Registro: 07/02/2018) (grifo meu)



Neste contexto, não cabe qualquer arguição da prescrição do direito do autor.

DA LEI DO DPVAT

A lei federal n.º 6194/74 dispõe no art. 3º que a indenização por invalidez permanente poderá chegar até o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais),

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Ademais, o inciso II do art. 3º da Lei nº 6.194/74, dispõe sobre a aplicação de uma tabela nas lesões decorrentes de acidente, que abaixo se transcreve:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo

O autor pretende provar o alegado nesta exordial através de todos os meios admitidos em direito, principalmente através de perícia, e para tanto solicita, desde já, ao douto magistrado a determinação de perícia médica para aferir o grau de invalidez permanente que acometeu o autor.

DOS PEDIDOS

Pelo Exposto, pede a parte autora que Vossa Excelência que se digne a determinar as seguintes providências:

- a) a isenção das custas processuais, por ser pobre na forma da lei;
- b) a citação da ré, para que, querendo, responda no prazo legal, sob pena de revelia;
- c) a determinação da realização de perícia médica para aferir o grau de invalidez do autor;
- d) seja julgado procedente o presente pedido para condenar a ré a pagar ao autor a indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil, e quinhentos reais) custas processual e honorário advocatícios a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC;
- e) que o valor da indenização seja devidamente acrescidos de juros e correção na forma da lei;

Provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, notadamente, pelos documentos acostada aos autos, depoimento pessoal do representante da ré ou de seu preposto, sob pena de confesso, o que desde já fica requerido, além da juntada de novos documentos que forem necessários no curso processual.

Dá-se o valor à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil, e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos

Pede Deferimento.

Catunda - CE, 26 de janeiro de 2018.

Ronaldo Farias Feijão

Advogado OAB CE 24.951

Quesitos a serem respondidos durante a realização da perícia, conforme determina a tabela anexa à Lei 11945/2009:

01. Quais os órgãos, membros ou funções afetados, descrever as limitações e indicando o percentual de invalidez, se possível indicar o CID.

02. A invalidez é total ou parcial?

03) Para as lesões sofridas: Traumatismo Crânio Encefálico - TCE, trauma no abdômem, e lesão renal de grau IV, de acordo com a ciência médica, qual a duração do tratamento do autor? A pergunta é pertinente tendo em vista o prazo prescricional.